

ave

Economia

CONJUNTURA

O mercado continuou agitado ontem, com boatos de congelamento e feriado bancário. O governo, porém, parecia mais preocupado em contabilizar suas perdas com a anistia e o tabelamento dos juros. Na página 7, veja quem vai pagar a conta do programa nuclear.

Anistiados vão ficar sem crédito

Quem se beneficiar da anistia decidida pela Constituinte para os empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado pode se dar muito mal: é que os bancos prepararam uma "lista negra", a nível nacional, com os nomes de todos os que derem o "calote". E o ministro da Fazenda, Mafson da Nóbrega, declarou ontem, em Porto Alegre, que outro ponto polêmico decidido pela Constituinte — o tabelamento dos juros — somente começará a ser analisado pelo Banco Central na próxima semana. Quanto à anistia das dívidas, Mafson informou que o Ministério da Fazenda já começou a fazer um levantamento sobre os prejuízos que ela trará para todos, inclusive o governo.

A existência desse novo cadastro dos bancos foi confirmada em São Paulo pelo presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Antônio de Pádua Rocha Diniz. Ele disse que o cadastro ficará pronto nos próximos dias e não significará uma represália dos bancos aos devedores, mas que será improvável que os cadastrados tenham acesso a novos empréstimos. Diniz disse ser impossível quantificar o prejuízo que a medida significou para a rede bancária.

O Banco do Brasil também decidiu não liberar recursos para o crédito de custeio da safra 88/89 para os mini, pequenos e médios produtores rurais que foram anistiados pela Constituinte. A informação foi dada em Porto Alegre pelo presidente do BB, Mário Berard, que explicou: "Não podemos continuar emprestando dinheiro para quem sabemos que não vai pagar". Berard disse estar preocupado com o impacto que a anistia vai causar ao banco. Em valores atuais, o BB terá um prejuízo de Cz\$ 180 bilhões com a anistia, fora Cz\$ 150 bilhões de recursos do Tesouro Nacional que o banco repassa como agente, frisou Berard.

O diretor da área de Mercado de Capitais do Banco Central, Keyler de Carvalho Rocha, informou ontem que as pequenas, médias e microempresas beneficiadas pela anistia são poucas em relação aos agricultores. Disse ainda que é muito difícil calcular o número de anistiados ou o total dos débitos porque o novo texto constitucional impõe uma série de restrições.



Mário Berard, do BB: prejuízo de Cz\$ 180 bilhões.

A informação de Carvalho Rocha confirma o que disse em São Paulo o presidente da Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas Industriais, Cláudio Rubens Pereira. Segundo ele, dos 400 associados da entidade, apenas dois contraíram empréstimos durante o Plano Cruzado e já pagaram seus compromissos.

A questão dos juros

Convidado de honra da reunião-almoço da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, que reuniu em Porto Alegre cerca de 500 empresários, o ministro Mafson da Nóbrega disse que o primeiro passo do Banco Central na próxima semana, quando começará a analisar o tabelamento dos juros, é examinar "quais são as idéias que existem no mercado sobre o que é juro real", pois se trata de um conceito econômico "ainda não consagrado pelo campo jurídico".

Em sua palestra, Mafson disse que, embora o governo sempre tenha se posicionado contra o tabelamento dos juros, "agora não é hora de criticar. O dever do governo é o de viabilizar essa decisão maior". Reafirmou que não se trata de um dispositivo auto-aplicável e, enquanto não for regulamentado, "não podemos dizer que vai inviabilizar o País, o sistema financeiro, já que uma regulamentação adequada poderá evitar

as incertezas". Mais tarde, Mafson disse aos jornalistas que o tabelamento terá que se adequar à realidade do País e à realidade das transações do mercado. Acrescentou que, enquanto não for feita a regulamentação, a orientação ao Banco Central é de que a política monetária continue a ser executada como até agora.

Em Brasília, a diretoria do BC evitou contatos com jornalistas. Durante todo o dia, o presidente do Banco Central, Elmo Camões, manteve reuniões com técnicos para analisar o impacto do tabelamento dos juros. Uma reunião de diretoria foi marcada para segunda-feira, pela manhã, para avaliar o problema. Apesar de evitar os jornalistas, soube-se que a decisão da Constituinte levou muita confusão ao BC, que não a esperava. Segundo um assessor de Elmo Camões, o "BC não terá mais razão de existir, basta a Casa da Moeda. Todos os projetos de política monetária, inclusive o da reforma bancária, estão anulados com o tabelamento dos juros".

Em Curitiba, o presidente do Banco Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, disse que os bancos privados vão se adaptar rapidamente ao tabelamento dos juros. "A situação vai ficar muito ruim para o governo, que perderá um instrumento de política monetária, e ficará horrível para os bancos oficiais, que têm menos agilidade", afirmou.